

Língua latina: ensino e importância na contemporaneidade

*Latin language:
teaching and importance in contemporary times*

Ângela da Silva Gomes Poz

Doutoranda em Literatura Comparada e Mestra em Letras (Literatura Brasileira e Teorias da Literatura) pela Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ. Professora de Língua Portuguesa no Instituto Federal Fluminense, em Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

E-mail: angelasgpoz@gmail.com

Giselda Maria Dutra Bandoli

Mestra em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em Campos dos Goytacazes/RJ. Professora de Língua Portuguesa no Instituto Federal Fluminense, Itaperuna/RJ. Ainda, atua como tutora de Linguística I e III pela Fundação Cecierj/Cederj.

E-mail: giseldadutrabandoli@uol.com.br

Isabel Azeredo Uchôa

Mestra em Ensino pela Universidade Federal Fluminense, em Santo Antônio de Pádua/RJ. Professora na Universidade Nova Iguaçu, em Itaperuna/RJ e coordenadora do curso de Segurança Pública e Social pela Fundação Cecierj/Cederj.

E-mail: isabeluchoa.faria@gmail.com

José Ignacio Ribeiro Marinho

Mestrando em Letras (Linguagens e Letramentos) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora/MG. Professor de Língua Portuguesa das prefeituras de Cambuci/RJ e de Itaperuna/RJ. Ainda, atua como tutor de Latim Genérico, Literatura Brasileira (II e III) e Português Instrumental pela Fundação Cecierj/Cederj.

E-mail: josebrenatti@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, pretende-se, brevemente, discorrer acerca do ensino e da importância da Língua Latina na contemporaneidade. Em suas três seções, objetiva-se traçar, sucintamente, aspectos variados (geográficos, históricos, mitológicos, à guisa de demonstração) que constituem a Língua Latina, além de versar sobre o ensino de Língua Latina no Brasil e abordar a importância da Língua Latina na contemporaneidade.

Palavras-chave: Língua Latina. Ensino.

Abstract: In this article, we intend to briefly discuss the teaching and the importance of the Latin language in contemporary times. In its three sections, the objective is to outline, succinctly, various aspects (geographic, historical, mythological, by way of demonstration) that constitute the Latin Language, in addition to dealing with the teaching of the Latin Language in Brazil and addressing the importance of the Latin Language in contemporary times.

Keywords: Latin Language. Education.

1 Considerações iniciais

A princípio, assinala-se que este artigo científico aborda o ensino e a importância da Língua Latina na contemporaneidade. Trata-se, essencialmente, de uma pesquisa de caráter bibliográfico.

Destaca-se que a opção pela abordagem temática deve-se, à guisa de exemplificação, ao fato de que a Língua Latina difundiu diversas outras línguas (germânicas e românicas) e, apesar de receber a alcunha de “morta”, permanece, ora explícita, ora velada, em nosso léxico.

Frisa-se que o trabalho divide-se em três seções. A primeira seção visa a apontar variada e brevemente alguns aspectos (geográficos, históricos, mitológicos etc.) que constituem a Língua Latina. Por sua vez, na segunda parte, verifica-se uma reflexão acerca do ensino de Língua Latina no Brasil, desde a colonização até a atualidade. Por último, a terceira seção trata da importância da Língua Latina na contemporaneidade.

Ressalta-se que, para suporte às abordagens, ancoramo-nos às pesquisas de Fonseca e Pio (2014), Ribeiro (2015) e Melo (2013), dentre outros.

Salienta-se que esta pesquisa tem por finalidade, sobremaneira, mostrar o ensino e a importância de estudar Língua Latina na contemporaneidade.

2 Língua Latina: “uma caixinha de surpresas”

Assinala-se, inicialmente, que praticamente toda a cultura ocidental moderna possui suas raízes assentadas em Roma. Não raro, o local leva a alcunha de “Cidade Eterna”, grafada, em Língua Latina, *Roma aeterna*.

Conforme Christa Pöppelmann (2010, p. 112),

Na Antiguidade, os romanos celebravam a “Roma invicta”, a Roma invencível, que naturalmente faz certa alusão à eternidade. No século I a.C., encontra-se em várias obras literárias a expressão “Roma eterna”, como em Tito Lívio ou em Tibulo, que canta numa de suas elegias os tempos em que Rômulo ergueu as muralhas da “Cidade Eterna”. Na antiguidade tardia, quando o Império romano entrou em crise, a “eterna Roma” foi mais vezes evocada.

Contudo, tendo em vista o cenário (abarrotado de tecnologias digitais e virtuais) em que a sociedade brasileira se encontra, traz-se à baila a seguinte pergunta: quais são as razões para estudar Língua Latina na contemporaneidade? Duas, especialmente: uma de natureza histórica e outra de ordem linguística.

O interesse histórico deve-se à notável e significativa produção literária latina, que serviu e serve de modelo para as demais literaturas; por sua vez, o interesse linguístico está pautado na ótica de que muitos fenômenos (de natureza fonético-fonológica, mórfica, sintática etc.) em Língua Portuguesa só têm sedimentação na Língua Latina.

Historicamente, em 753 a.C., Roma é fundada em um território na Itália meridional, local chamado de Lácio – *Latium* –, onde se falava a Língua Latina.

Conforme Janete Melasso Garcia (2011, p. 17), professora de Latim e de disciplinas afins da Universidade de Brasília,

Como numerosas línguas europeias e asiáticas, o Latim teria se originado, através do ítalo-céltico e ítálico, de uma língua hipotética – o indo-europeu – reconstruída a partir de estudos comparativos das línguas conhecidas, pois do indo-europeu não se registra qualquer inscrição ou documento.

Por um olhar histórico, não se tem certeza da fundação de Roma. Apesar disso, é relevante assinalar alguns mitos relacionados à sua possível fundação.

A princípio, tem-se, especialmente, em voga, o lendário mito de que o herói troiano Eneias e seus descendentes, os irmãos gêmeos Remo e Rômulo, fundaram tal região. Ainda, há a possibilidade de fundação por parte dos etruscos.

[...] sabe-se com certeza, graças à contribuição da arquivologia, que Roma foi habitada, em meados do século VIII a.C., por camponeses provenientes de Alba Longa, a pátria dos ancestrais de Rômulo, conforme a lenda. Mais tarde, sabinos e etruscos se associaram aos albanos (CARDOSO, 2011, X).

As informações, em linhas gerais, acerca dos primeiros séculos de Roma ainda são um tanto nebulosas.

Zélia de Almeida Cardoso (2011, X) menciona que “Os documentos históricos, muito posteriores, dão-nos uma visão até certo ponto confusa de um período marcado por guerrilhas e guerras, vitórias e reveses, que se estende de meados do século VIII a.C., ao início do século III a.C.”.

Sublinha-se, com propriedade, que, à época, a mitologia possuía fundamental importância para o povo do *Latium*.

Consoante Fonseca e Pio (2014, p. 47),

Para os romanos, era de fundamental importância a ideia de serem, por um lado, descendentes da deusa Vênus, associada à maternidade e à fertilidade, e, por outro lado, ao deus da guerra, Marte. Desta forma, pelo favorecimento de tais divindades, julgavam-se divinos.

À citação supracitada, acrescenta-se que Vênus é a mãe do herói Eneias, enquanto Marte é o pai dos irmãos gêmeos Remo e Rômulo.

A importância da mitologia para gregos e romanos era tão expressiva que, à guisa de ilustração, uma das deusas, Vesta (Héstia), cuja função era a de velar pelas lareiras, vingava-se de suas sacerdotisas virgens, as Vestais, guardiãs de tal fogo sagrado. Acerca disso, de acordo com Thomas Bulfinch (2006, p. 20-21), “Como se acreditava que a salvação da cidade dependia da conservação desse fogo, a negligência das vestais, caso o fogo se extinguisse, era punida com extrema severidade, e o fogo era aceso de novo, por meio dos raios do sol”.

Não obstante, destaca-se que não são apenas os aspectos históricos romanos que são baseados na mitologia. Ainda, no dizer de Fonseca e Pio (2014, p. 12), para os romanos, “[...] tudo estava subordinado ao governo e à direção dos deuses”.

Os romanos acreditavam que cada homem tinha seu Gênio e cada mulher, sua Juno, isto é, um espírito que lhes dera a vida e que era considerado como seu protetor, durante toda a vida. No dia de seu aniversário, os homens faziam oferendas ao seu Gênio, as mulheres, à sua Juno (BULFINCH, 2006, p. 21).

Partindo desse pressuposto, a sociedade romana norteava-se por aspectos tanto governamentais quanto mitológicos.

A título de demonstração, no que tange às questões político-governamentais romanas, elencam-se o império, a monarquia e a república.

Dessas três, frisa-se que a mais expressiva foi a república – segunda forma de mandato –, em que a Literatura Latina floresceu com a tradução da “Odisseia”, do poeta Homero. “[...] provavelmente no final do século VI a.C., a primitiva organização política da cidade foi modificada, substituindo-se por uma república consular o governo então exercido por reis” (CARDOSO, 2011, X).

Em tal período, os romanos se relacionarão com os gregos e, por meio disso, passarão a tecer gêneros de natureza literária, como, a título de exemplo, a comédia e a epopeia.

Em conformidade com Cardoso (2011, p. XI), “É a vitória sobre Tarento que propicia ao povo de Roma o contato direto com a brilhante cultura grega. Começam a surgir, então, graças a esse contato, as primeiras obras da literatura latina”.

Salienta-se a importância dessas obras clássicas, dado que elas são universais e “afetaram”, de certa forma, a produção literária das Literaturas de Língua Portuguesa, assim como as de língua estrangeira. A título de ilustração, tem-se a obra “Os Lusíadas”, do poeta Luís Vaz de Camões e “Romeu e Julieta”, do poeta William Shakespeare.

Apesar de todas as batalhas e conquistas de natureza geográfica, à época, Roma, se comparada a outras cidades distribuídas por áreas mediterrâneas, não ocupava uma espécie de pódio em sentido cultural, militar ou político.

Os romanos falavam o latim – língua de origem indo-europeia, relativamente pobre e rústica – e, embora conhecessem a escrita por terem adaptado o alfabeto etrusco, somente a utilizavam em inscrições (algumas muito antigas, datadas dos séculos VII ou VI a.C.) que têm apenas valor filológico, linguístico e documental. A literatura se achava ainda em fase embrionária, restringindo-se quase exclusivamente às manifestações orais (CARDOSO, 2011, p. XI).

Deve-se entender, sobremaneira, que Roma foi uma notável implantadora de aspectos artísticos, culturais, econômicos, geográficos, históricos, literários, dentre outros. Acerca dessa informação, Cardoso (2011, IX) aponta:

A compreensão das manifestações culturais de um povo pressupõe o conhecimento das circunstâncias em que elas se produziram. Tudo aquilo que as civilizações humanas criaram é resultado da combinação de fatores de diversas ordens (políticos, sociais, econômicos, éticos, religiosos, ideológicos,

educacionais, etc.), que compõem, em conjunto, o amplo contexto que explica e justifica o produto.

Até o século XIX, na Europa, a Língua Latina, em variedade gráfica, estabeleceu-se como idioma oficial. Destaca-se que seu uso estava vinculado às classes cultas, ao clero e a profissionais da ciência, por exemplo.

É de importância frisar que havia duas modalidades linguístico-discursivas da Língua Latina: o *sermolitterarius* e o *sermovulgaris*. Destaca-se que o primeiro possuía um acervo fixo, enquanto o segundo, por sua vez, sofria assíduas transformações.

Do latim vulgar, originaram-se as línguas românicas. Numa visão diacrônica da evolução do latim, poderíamos dizer que estas línguas, como o português, o francês, o italiano, o espanhol e outras, seriam a fase atual do latim, consideradas as variáveis de tempo e espaço (GARCIA, 2011, p. 18).

Assinala-se que as línguas modernas são modeladas, de certa forma, por meio da Língua Latina. Expressões inerentes à Botânica e à Zoologia, por exemplo, têm suas bases na chamada “língua morta”; algumas celebrações católicas, inclusive, são proferidas em Língua Latina.

Ainda, salienta-se que a disciplina Latim, sob a modalidade *sermolitterarius*, fez parte da grade curricular do Ensino Básico, e, ainda, contempla algumas grades curriculares do Ensino Superior – cursos de Direito (utilizando-se dos aforismos, brocardos ou máximas) e Letras.

3 O ensino de Língua Latina no Brasil

No Brasil, há todo um histórico de avanços e de retrocessos em torno da Língua Latina enquanto disciplina.

A princípio, em terras brasileiras, tal área do conhecimento instaurou-se no século XVI, pelos jesuítas. Ressalta-se que, à época, o ensino de Língua Latina era elitista e excludente, dado que tinha por objetivo uma formação acadêmico-intelectual na Universidade de Coimbra, na Europa. Ademais, é de importância sublinhar que os jesuítas simultaneamente educavam e evangelizavam, faltava-lhes, pois, conhecimento político-pedagógico.

O ensino de Língua Latina no sistema educacional brasileiro era pautado simplesmente pela memorização, o que, de certa forma, não se adequaria aos moldes educacionais, bem como socioeconômicos do país na contemporaneidade.

Com a chegada da Família Real, no século XIX, tal disciplina ainda continuou sendo restrita a uma classe social dominante.

Conforme Barboza (2007, p. 44), “A partir de 1934, com a implantação das Faculdades de Letras, o latim ganhou espaço também no nível superior e superou os demais níveis a partir dos anos 60/70 [...]”.

Consoante Melo (2013, p. 36), no século XX, precisamente de 1954 a 1961, com a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em algumas localizações geográficas do Brasil, “[...] houve a substituição do Latim pela Língua Espanhola”.

Assim sendo, nessa época, surgem as línguas estrangeiras modernas nas grades curriculares do Ensino Básico.

Salienta-se que, apesar da inserção da disciplina Língua Espanhola, será a Língua Inglesa que ganhará expressividade na Educação Básica. Isto, de certa forma, deve-se ao fato, por exemplo, da ascensão econômico-industrial dos Estados Unidos da América. A globalização, grosso modo, também influenciará o sistema cultural e linguístico.

O Decreto-Lei nº 4.244 (Lei Orgânica do Ensino Secundário, também chamada de Lei de Capanema), de 09 de abril de 1942, corroborou, de forma expressiva, o ensino de línguas (francesa, inglesa e latina) no Ensino Secundário.

No Título I (“Das bases de organização do ensino secundário”), Capítulo II (“Nos Ciclos e nos Cursos”), nota-se:

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, **um acentuado estudo das letras antigas** [grifo nosso]; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências (BRASIL, 1942, *on-line*).

No Título II (“Da estrutura do ensino secundário”), Capítulo I (“Do curso ginásial”), observa-se que “Art. 10. O curso ginásial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas: I. Línguas: 1. Português. 2. Latim. 3. Francês. 4. Inglês” (BRASIL, 1942, *on-line*).

Já no Capítulo II (“Dos cursos clássico e científico”), verifica-se que “Art. 12. As disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico são as seguintes: I. Línguas: 1. Português. 2. Latim. 3. Grego. 4. Francês. 5. Inglês. 6. Espanhol” (BRASIL, 1942, *on-line*).

Em contrapartida, em 1961, a LDB 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) tornou opcional o ensino de Língua Latina. Com a Nova LDB 9.394, de 1996, a disciplina Língua Latina é excluída definitivamente das sete séries do ensino secundário e, ainda, é opcional nos cursos de nível superior. Com isso, muitos acadêmicos de Letras ficaram à deriva da estrutura e funcionamento de tal idioma. Algumas instituições permaneceram com a disciplina na grade curricular, porém, de forma reduzida.

Pode-se inferir que há certa defasagem na Educação Básica, especialmente, sob uma ótica humanística, acerca das culturas ocidentais. Isto faz com que os discentes tenham bloqueios e “deficiências” em relação à disciplina Língua Latina.

As comparações de ordem estrutural da Língua Latina com a Língua Portuguesa são nítidas. Dessa forma, é imprescindível que os discentes tenham noções acerca dos aspectos gramaticais que constituem o Português, a fim de que possam compreender os fenômenos linguísticos latinos.

De acordo com Ribeiro (2015, p. 4), “Se o aluno tem dificuldades no ensino da língua materna, a rejeição ao latim dispensa explicações”. Portanto, é necessário que os

discentes tenham habilidades morfossintáticas aprimoradas, em especial, uma vez que, para aprender, a título de exemplo, os seis casos (ablativo, acusativo, dativo, genitivo, nominativo e vocativo) e as cinco declinações latinas, é preciso deter conhecimento acerca das naturezas morfológicas e sintáticas que configuram tal léxico.

Ainda, no dizer da escritora,

A metodologia do ensino do latim do foco nas declinações e casos, que se pautam na análise sintática, não passa de uma exposição metalinguística, com vista à tradução de textos descontextualizados, sem qualquer vínculo com a civilização romana (RIBEIRO, 2015, p. 6).

Clarifica-se, por conseguinte, que não havendo equilíbrio entre significado e significante, em um idioma, no caso o latino, o signo linguístico será prejudicado.

É de suma importância que haja, no “mecanismo” tradução, determinada associação em relação aos aspectos históricos que constituem a Língua Latina, visto que é considerada uma “língua morta”. Tornar-se-á, assim, mais significativa para os discentes a importância que tem a disciplina Latim, seja na Educação Básica, seja no Ensino Superior.

Sabe-se que uma metodologia baseada em uma língua moderna, destarte, viva, possui efeitos mais eficazes e nítidos em relação a uma língua sem falantes. Apesar de a Língua Latina deter de um expressivo patrimônio escrito, não há uma comunidade a qual escreve, fala e ouve.

No âmbito político-pedagógico, pela carência de profissionais especializados, pouca produção didático-acadêmica, causando deficiência de métodos convenientes aplicados a este gênero de ensino e carga horária insuficiente. Além de uma legislação educacional de política pública de desvalorização e ineficiência no aproveitamento do espaço curricular (MELO, 2013, p. 40).

Deve-se refletir que, de certa forma, a ausência da fala de tal idioma corroborou, de forma expressiva, por parte dos discentes, a memorização de tabelas, visto que não ocorria reflexão da aprendizagem.

Se compararmos a Língua Latina com as línguas estrangeiras modernas, por exemplo, averiguaremos que aquela é uma língua viva no passado.

No dizer de Fortes (2010, p. 64), “[...] significa afirmar que o latim [...] apresenta a complexidade verificada quando nos confrontamos com as línguas modernas, às quais se agregam uma cultura, uma sociedade, uma literatura, falantes com propósitos comunicativos”. É importante que ocorra uma reflexão acerca dos elementos citados, visto que eles garantem a existência e legitimação de determinada língua.

Frisa-se que a existência da Língua Latina como idioma apenas é possível se colocarmos seres humanos em situação comunicativa. No entanto, ressalta-se que, “bebendo” nas fontes culturais e literárias, encontraremos a língua em uso.

Sublinha-se que o ensino de Língua Latina no Brasil esteve à mercê de líderes religiosos católicos e que tal disciplina foi ministrada por meio de uma ótica gramatical em relação à literária. O estudo do Latim foi baseado em uma metodologia tradicional, *Gramática-Tradução*, em que o dicionário e o livro faziam-se presentes.

Hoje, cabe ao docente da disciplina Latim, portanto, apresentar aos discentes especificidades de tal idioma amalgamadas aos textos literários. “Ao professor compete a tarefa de preparar o aluno para a leitura dos textos clássicos, que devem ser escolhidos conforme o conhecimento gramatical, histórico e literário proporcionados” (HECK, 2013, p. 15). Dessa forma, espera-se que as habilidades extralinguísticas deles venham à tona, tornando, assim, o ensino dessa “espinhosa” disciplina um tanto agradável e ameno.

É de importância que haja uma reflexão acerca do histórico da disciplina Língua Latina no Brasil, desde o seu aparecimento no século XVI, sua opcionalidade na segunda metade do século XX, na Educação Básica, e sua extinção no final do mesmo século.

4 A Língua Latina no século XXI: por que estudá-la?

Acredita-se, primeiramente, que a teoria de que a Língua Latina é morta já configuraria um possível motivo para não estudá-la ou para não desenvolver pesquisas de caráter científico, literário ou técnico relacionadas a ela.

Vivenciamos a chamada sociedade do conhecimento, abarrotada de aparatos tecnológicos, muitos deles conectados à rede, então, por que estudar Língua Latina? Elencar-se-iam, aqui, diversos motivos para estudar Língua Latina na contemporaneidade.

Um desses motivos seria que tal língua dá suporte para o aprendizado e para a compreensão de outras, as chamadas neolatinas. Não apenas estas, mas também o Alemão e o Inglês.

A fim de clarificações, verificam-se algumas razões, conforme Almeida (*apud* ALMEIDA; SOBRINHO, 2011, p. 20-22):

1. Aprender o significado original das palavras, de forma *fácil e divertida*.
2. “Falar bonito”.
3. Facilitar o aprendizado de línguas modernas (alemão, russo, húngaro etc.).
4. Entender a civilização atual.
5. Para estudar, compreender e analisar as demais línguas, inclusive as primitivas.
6. Combater o envelhecimento cerebral e as demências senis (Mal de Alzheimer).
7. Possibilitar a leitura no original de grande parte do tesouro cultural da humanidade (Virgílio, Horácio, Cícero etc.).
8. Facilitar o entendimento de termos técnicos e científicos, que, em sua maioria, são oriundos do latim.
9. Aumentar o conhecimento, alargar o horizonte de compreensão, aperfeiçoar o senso crítico.
10. Sair da rotina. Conhecer gente diferente.

A Língua Portuguesa, em princípio, não possui, muitas vezes, subsídios para determinados fenômenos, por isso os docentes dessa disciplina “ancoram-se”

apresentam como duas línguas diferentes, mas dois aspectos historicamente distintos de um mesmo sistema linguístico (MELO, 2013, p. 41).

Conforme o pensamento do escritor supracitado, se a Língua Portuguesa é uma atualização da Língua Latina, esta é dinâmica e, portanto, viva.

Apesar de a Língua Latina não ser empregada discursivamente, encontram-se imbuídas expressões e termos dela nas línguas neolatinas, em ambientes astronômicos, científicos, culinários, jurídicos, publicitários, religiosos e tecnológicos, a título de exemplo. Há, assim, uma mescla entre as línguas latina e materna. Pode-se, ainda, frisar que até indivíduos com nenhuma ou pouca instrução acadêmica empregam cotidianamente palavras de gênese latina.

Passeando-se por necrópoles, encontramos inscrições em lápides, como *in memoriam*.

Acerca da expressão supracitada, Christa Pöppelmann (2010, p. 67) assinala:

A expressão é especialmente utilizada quando se trata de lembrar os mortos. Já era muito comum até mesmo na época da República romana. Cícero estilizou-a em seu discurso contra o inescrupuloso ajudante de César, Publius Vatinius, um contemporâneo bastante desagradável, sem amizade pessoal, que só se interessava por suas realizações políticas. Pergunta, no entanto, o que poderia ser mais desejável do que a memória estar sempre ligada a seu nome, por seus méritos em prol da república. Vatinius e, com ele, César, acusaram-no em contrapartida de destruir a República – o que historicamente se demonstrou ser verdade.

A título de curiosidade, há um rol de termos e de expressões de natureza latina empregadas cotidianamente por nós, falantes da Língua Portuguesa, a saber: agenda, álibi, angina, curriculum vitae, extra, fac-símile, habeas corpus, honoris causa, in vitro, licença poética, mea culpa, modus operandi, ora pro nobis, persona non grata, status quo, vade-mécum, vice-versa etc.

Desse encastelamento de termos e de expressões, a fim de solidificação do conhecimento, consideramos pertinentes, com ancoragem em Christa Pöppelmann, a explicação de alguns deles, como *curriculum vitae*, *fac-símile*, *in vitro*, *licença poética* e *vade-mécum*.

Acerca do primeiro termo, Pöppelmann (2010, p. 35) desenvolve:

Não faz muito tempo que não se solicita um histórico de vida, mas um “curriculum vitae”. De fato, como um manuscrito, não elaborado em tabela, mas em texto contínuo baseado no histórico de vida, é que o nobre conceito de “curriculum vitae” quase desapareceu. A locução remonta a um discurso de Cícero, no qual defendeu seu amigo Rabirius, indiciado por iniciativa de César, porque anos antes se envolvera em sufocar uma revolta popular, na qual o comandante do exército perecera. Nesse patético pedido de desculpas, Cícero conclama para as ações dos grandes homens, que não têm medo de salvar a República, derramando o próprio sangue e explica: “Exiguum nobis vitae curriculum natura circumscrisit, immensum gloriae” (A natureza deu-nos um exíguo curso de vida, mas imenso em glória).

Concernente, por sua vez, sobre segundo vocábulo, de ordem técnica, Pöppelmann (2010, p. 50) discorre:

Como “fac símile” (grafado em português fac-símile) indica-se uma cópia fiel de um modelo original. Geralmente a expressão é utilizada somente para manuscritos ou livros, mas às vezes também para objetos que devem ser copiados. Desde que os textos não são mais copiados à mão, mas por meio eletrônico, ninguém mais se incomoda em reproduzir semelhante e possível duplicata, e a expressão foi caindo em desuso. Note-se que a frase latina “Fac símile” (faz de modo semelhante) se transformou num substantivo masculino, dele derivando o adjetivo “fac-similar” e mesmo o verbo “fac-similar” (reproduzir em fac-símile). O termo moderno “fax” é uma abreviação de “telefac-símile” (ou seja, cópia à distância – o étimo grego *tele* significa longe, ao longe).

No que tange ao terceiro termo, também de natureza técnica, Pöppelmann (2010, p. 68) disserta:

Com a locução “in vitro” indica-se o procedimento em biologia que normalmente é executado num organismo vivo (in vivo), aplicado no presente caso num tubo de ensaio. O mais conhecido é a fertilização in vitro (FIV), fertilização artificial de um óvulo num tubo de ensaio. A primeira criança que veio ao mundo em 1978 na Inglaterra com esse método de geração ficou também conhecida como bebê de proveta.

Referente ao quarto vocábulo, da esfera literária, Pöppelmann (2010, p. 72) expõe:

Ao tratar dos fatos históricos numa obra beletrística, o rodeio é muito corrente e representa uma liberdade poética. A expressão apareceu pela primeira vez, no entanto, numa obra científica do estudioso romano Sêneca. “Trata-se de liberdade poética” (*poeticam istud licentia decet*), escreve ele no capítulo sobre o relâmpago, “para ressaltar que Júpiter manjava a força de seus raios para acertar quem quer quisesse”.

Por fim, o quinto termo, muito utilizado, em nossa sociedade, no território jurídico:

Como “vademecum” designa-se hoje especialmente um manual ou um guia. O termo se origina da língua dos estudantes, na qual “vademecum” é um livro com dicas úteis e endereços, que alguém leva sempre consigo. Ocasionalmente, a palavra é usada também para outros objetos, que são carregados sempre e em toda parte consigo. Na novela picaresca *Gargântua e Pantagruel*, do poeta francês Rabelais, a primeira menção literária do termo, o gigante Panurgo designa com ele uma pipa de vinho como seu “vademecum”. Em 1625, certo Johann Peter Lotichius (1598-1669) escreveu um livro de provérbios (*Epigramas*), que intitulou *Vademecum*, visto que ele era claramente da opinião de que se deve

sempre ter um livro no bolso para poder colher todas as oportunidades para aplicar o provérbio certo. No vocabulário português, “vade-mécum” (atualmente pouco usado) designa geralmente livro de conteúdo prático e de formato cômodo. Hoje se refere a “agenda”, embora “vade-mécum” não possa ser comparado exatamente a uma agenda (PÖPPELMANN, 2010, p. 129).

À luz da mitologia greco-latina, os meses que compõem o calendário, “Jano era o porteiro do céu. Era ele que abria o ano, e o seu primeiro mês até hoje o relembra” (BULFINCH, 2006, p. 21).

Os planetas que compõem o sistema solar, por exemplo, são vocábulos de deuses do sistema cultural clássico greco-latino.

Ernesto Faria (1962, p. 1053), um renomado professor Catedrático de Língua e Literatura Latinas, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, registra, no “Dicionário Escolar Latino-Português”, os possíveis sentidos do vocábulo “Vênus”, dois deles designando as acepções de planeta do sistema solar e deusa.

Venus, -eris, subs. pr. f. Vênus, 1) Deusa da beleza e do amor, nascida, segundo a lenda, da espuma das ondas. Mãe de Enéias, tornou-se protetora de Roma e dos romanos (Cíc. Nat. 3, 59). II – Daí, em sent. figurado: 2) O amor, os prazeres do amor (Ov. Met. 10, 80). Outros sentidos: 3) Amante, pessoa amada: mea Venus (Verg. Buc. 3, 68) <minha namorada>. Como nome comum: 4) Encanto, graça, elegância, sedução (Hor. O. 4, 13, 17). 5) O planeta Venus (Cíc. Nat. 2, 53.). 6) O mês de abril, dedicado a Vênus (Ov. F. 4, 61). 7) Lance de Vênus, no jogo de dados (Hor. O. 2, 7, 25). Obs.: Abl.: Veneri (Plauti. Poen. 256).

Termos publicitários, mais precisamente marcas de produtos, como *Bis* (*wafer* embebido geralmente em chocolate), *Fiat Lux* (fósforo), *Intimus* (absorvente), *Lux* (sabonete), *Minerva* (sabão em pó), *Natura* (marca de cosméticos) etc.

Além da ascensão intelectual, a Língua Latina corrobora os falantes de Língua Portuguesa na compreensão de raízes de vocábulos, bem como no emprego adequado deles.

De acordo com Morais (1982, p. 81), “Justifica-se, assim, o estudo do latim, como subsídio nas áreas das Línguas e das Literaturas, além de seu valor como reforço de uma disciplina mental indispensável no desenvolvimento do trabalho intelectual, feito de análise, correlações e generalização”.

São muitos e significativos os exemplos da Língua Latina na contemporaneidade, sendo impossível esgotá-los. Não cabe aqui, contudo, restringir aspectos relacionados a tal língua, mas instigar a sociedade, de modo geral, no estudo de tal idioma que deu origem ao nosso e a tantos outros.

5 Considerações finais

Diante do que foi apresentado, traçaram-se objetivos em relação aos aspectos que constituem a Língua Latina, o ensino dela no Brasil e, por último, a importância que tal língua tem na contemporaneidade.

Tendo em vista os objetivos apresentados, nota-se que a problemática acerca da disciplina Língua Latina, de certa forma, encontra-se em metodologias baseadas em uma ótica gramatical, desvinculada de determinado contexto.

Além disso, a Nova LDB 9.394, de 1996, corrobora significativamente o não estudo de línguas clássicas – no caso, Língua Latina –, visto que as exclui do Ensino Básico e as torna opcionais no Ensino Superior – Direito e Letras.

Deve-se refletir acerca da não obrigatoriedade dessa disciplina nas grades curriculares, uma vez que Roma é o berço da cultura ocidental.

Estudar, portanto, Língua Latina é compreender as neolatinas, aprimorar e expandir o intelecto, ir para além das fronteiras não só culturais, mas também intelectuais.

Referências

ALMEIDA, Shirlei Patricia Silva Neves; SOBRINHO, José Amarante Santos. *As representações da importância e da utilidade do latim presentes em prefácios de obras metodológicas contemporâneas*. 2011. Disponível em: http://latinitas.webs.com/shirlei_prefacios_2011.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 17. ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

BARBOZA, Gabriela. Reflexões sobre abordagens e manuais de ensino de Latim. *Idéias* Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaideias/Artigos%20em%20PDF%20rev%2024/Reflexoes%20sobre%20abordagens.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. Tradução: David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. 3. ed. rev. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-Português*. 3. ed. Ministério da Educação e Cultura – Departamento Nacional de Educação – Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

SOUZA, Douglas Gonçalves de; FONSECA, Rívia Silveira; PIO, Thaíse Bastos. Latim: língua morta? Quem matou?. Aula 1. *In: Latim Genérico*. Rio de Janeiro: Cederj, 2014. v. 1.

SOUZA, Douglas Gonçalves de; FONSECA, Rívia Silveira; PIO, Thaíse Bastos. Latim e cotidiano. Aula 3. *In: Latim Genérico*. Rio de Janeiro: Cederj, 2014. v. 1.

SOUZA, Douglas Gonçalves de; FONSECA, Rívia Silveira; PIO, Thaíse Bastos. As formas verbo-nominais e a sintaxe do acusativo. Aula 11. *In: Latim Genérico*. Rio de Janeiro: Cederj, 2014. v. 1.

FORTES, Fábio da Silva. *A "língua" e os textos: gramática e tradição no ensino de latim*. Juiz de Fora: Instrumento, 2010.

GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à teoria e prática do latim*. 3. ed. rev. ampl. 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

HECK, Maria Regina Diniz. *O ensino do latim no Brasil: objetivos, método e tradição*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Porto Alegre, 2013.

Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94996/000916477.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 10 fev. 2020.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. *Linguagem e ensino: a língua latina curricular e atividade docente no curso de letras*. 2013. Disponível em:

http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/ensiqlopedia/outubro_2013/pdf/linguagem_e_ensino_-_a_lingua_latina_curricular_e_atividade_docente_no_curso_de_letras.pdf.

Acesso em: 10 fev. 2020.

MORAIS, José Jerônimo de. Latim: língua avançada do século XXI. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 1, n. 1, p. 79-83, jul./dez. 1982. Disponível em:

http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/1/latim_lingua_avancada.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

PÖPPELMANN, Christa. *Dicionário de máximas e expressões em latim*. São Paulo: Editora Escala Ltda., 2010.

RIBEIRO, Dulce Helena Pontes. *Agoniza no Brasil o ensino do latim*. Rio de Janeiro: Transformar, 2015. Disponível em:

<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/21/19>. Acesso em: 07 fev. 2020.